

LACERDA, Paula Mendes. *Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 328 p.

Camille Gouveia Castelo Branco Barata



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/1424>

ISSN: 1806-9983

Editora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edição impressa

Data de publicação: 31 Julho 2016

Paginação: 478-480

ISSN: 0104-7183

Referência eletrónica

Camille Gouveia Castelo Branco Barata, « LACERDA, Paula Mendes. *Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 328 p. », *Horizontes Antropológicos* [Online], 46 | 2016, posto online no dia 31 julho 2016, consultado o 20 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/horizontes/1424>

LACERDA, Paula Mendes. *Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 328 p.

*Camille Gouveia Castelo Branco Barata**
Universidade Federal do Pará – Brasil

O livro *Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública* é fruto da tese de doutorado de Paula Mendes Lacerda, defendida em 2012 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. A tese, depois de defendida, foi contemplada com o prêmio Gilberto Velho de Teses da UFRJ.

Em sua obra, Lacerda propõe-se a refletir sobre os múltiplos caminhos, atos e falas postos em disputa em um dos mais conhecidos “casos” ocorridos no contexto amazônico: o chamado “caso dos meninos emasculados de Altamira”, marcado pelo assassinato, mutilação e desaparecimento de diversos meninos nesse município. O próprio número de vítimas não é consensual: enquanto os familiares contabilizam 26 vítimas, somente cinco crimes contra cinco meninos foram julgados. A mutilação genital de crianças, ou “emasculação”, como passou a ser referida, torna-se o elemento capaz de causar maior horror em relação ao “caso”, em um contexto marcado pelo indizível e pela incompreensão.

Nesse sentido, a construção etnográfica proposta por Lacerda não segue em busca de soluções fáceis, ou interpretações policialescas, de modo a tornar a extrema violência do “caso” mais compreensível. A autora, pelo contrário, incorpora a complexidade dos crimes e desdobramentos que os seguiram como sendo constitutiva de sua análise, na busca por compreender como a profusão de dados, versões e “fontes” em torno da morte de meninos transforma-se em causa política que mobiliza familiares das vítimas, religiosos e defensores dos direitos humanos. Linguagens criminais, políticas, judiciais e afetivas entrecruzam-se, portanto, na construção social em torno dos crimes.

* Mestranda em Antropologia (bolsista Capes). Contato: camillecastelobranco@gmail.com

Porém, embora a autora trabalhe com uma pluralidade de versões, penso que é precisamente nesse ponto que seu fazer antropológico se refina: Lacerda marca uma posição contundente, ao evidenciar que privilegiou as percepções dos familiares das vítimas sobre o “caso”, que ao longo dos anos da pesquisa comunicaram como puderam o sofrimento gerado pelo “pior acontecimento de suas vidas”, bem como a disposição em continuar lutando por justiça. De fato, os acontecimentos de extrema brutalidade ocorridos em Altamira (PA) só se tornam “caso” a partir do protagonismo político e mobilização social dos familiares e de seus aliados.

Optar pela não “neutralidade” em relação aos sentimentos e acontecimentos narrados pelos familiares me parece, no livro, a operacionalização da reflexão proposta por Veena Das (2008), que em seus escritos problematiza a correlação entre dor e linguagem. De acordo com Das (2008), eventos devastadores produzem um tipo de conhecimento que só é alcançado pela experimentação do sofrimento, um *conhecimento venenoso*. Portanto, violências extremas não seriam apenas responsáveis pela destruição de vidas e corpos. Atuam, também, na construção de sujeitos e linguagens da dor. A enunciação da dor pede, portanto, admissão e reconhecimento, o que nem sempre ocorre. Trata-se, nos termos da autora, de sentir a dor no corpo do outro. Lacerda reconhece seus interlocutores enquanto sujeitos e sente suas dores, na medida em que é capaz de *escutar* suas histórias.

Caminhando entre registros policiais, autos processuais, laudos médicos, atos públicos e narrativas privadas, Lacerda diz das múltiplas representações sobre o Estado, sua materialização nas vidas das pessoas e o modo como ele se torna arena de múltiplos interesses e motivações, para onde se dirigem acusações, exigências e indignação. A autora diz também sobre como acontecimentos devastadores reelaboram trajetórias e vidas, narradas a partir de poéticas específicas que, em última instância, conduziram à mobilização social e às reivindicações perante o Estado, muitas vezes considerado insensível e omissivo.

Por fim, compreendo que o livro abriga em si uma dimensão central: a de romper com representações sobre a Amazônia como sendo uma terra sem pessoas, onde só existe natureza e os processos sociais estão ausentes. Ao refletir sobre as disputas e conflitos presentes no “caso dos meninos emasculados de Altamira”, Lacerda nos fala também do protagonismo das coletividades amazônicas diante dos desafios e opressões que enfrentam diariamente. Os agentes sociais em Altamira, assim como em outras regiões na Amazônia,

tornaram-se articuladores de suas falas, denunciando violações, reivindicando direitos e superando silenciamentos históricos. O livro de Paula Lacerda contribui para ampliar processos de *escuta*, uma dimensão crucial para o entendimento dessas realidades em termos antropológicos e políticos.

Referência

DAS, V. El acto de presenciar. Violencia, conocimiento envenenado y subjetividad. In: ORTEGA, F. (Org.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 343-374.